

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2025 – PROCESSO Nº 170/2024
Objeto: Aquisição de Balança Rodoviária com fornecimento, instalação e montagem para a Unidade do Entrepósito de Araraquara – CEARA, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.
Impugnantes: SUL BALANÇAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Digi-tron Instrumentos de Pesagem Ltda

Trata-se a presente de resposta às **IMPUGNAÇÕES** apresentadas pelas empresas **SUL BALANÇAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e DIGI-TRON INSTRUMENTOS DE PESAGEM LTDA**, as quais opuseram-se aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90023/2025, encaminhada ao Pregoeiro desta Companhia, que procedeu a análise e o julgamento nos termos abaixo deduzidos:

I. DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Nos termos do Edital em seu subitem 10.1: “**Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**”.

Assim, tendo em vista que a abertura da licitação referente ao **Pregão Eletrônico nº 90023/2025** está previsto para o dia **08/08/2025** e considerando que, as impugnantes encaminharam suas petições por e-mail, nos dias **30/07/2025 e 04/08/2025**, respectivamente, cumprindo o que estabelece o item 10 do Edital, encontrando-se, portanto, **TEMPESTIVAS**.

II. DOS ARGUMENTOS DAS EMPRESAS INTERESSADAS

As empresas interessadas contestam, em suma:

1. “Dentre os requisitos de qualificação técnica, há menção expressa a comprovações de qualificação junto à marca/fabricante Saturno”.
“A manutenção do edital como se encontra é manifesta restrição à competitividade, o que se consubstancia ilegalidade na hipótese de não haver respaldo legal ou técnico suficiente para eleição de marca ou serviço específico de determinado fabricante”.
2. “Ainda quanto à qualificação técnica, exige-se da licitante melhor classificada “Apresentar comprovante de credenciamento no Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo, IPEM-SP”. Trata-se de nova determinação que restringe a participação (apenas às credenciadas junto ao IPEM em São Paulo), medida que é ilegal à luz da Portaria do Inmetro n.º 457, de 17 de novembro de 2021”.
3. “Quanto à qualificação econômico-financeira, há condicionante para os casos de índices insuficientes inscrita no item c.2, do edital, qual seja: “c.2) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor global estimado para a contratação”. Acrescenta que “a exigência circunscrita exclusivamente com base no patrimônio líquido contraria a disposição do Regulamento de Licitações da CEAGESP (2.11.1, 2, “o”), que a) não faculta a escolha entre dois demonstradores (capital social e patrimônio líquido) mas os apresenta em conjunto e b) ainda que essa faculdade fosse exprimida, não há discricionariedade, devendo ser a opção por um ou outro devida e tecnicamente

fundamentada, o que não se encontra no processo em questão". Por fim, alega que "A ilegalidade da exigência se torna ainda mais gravosa, já que a Administração se cerca da segurança adicional representada pela garantia contratual de 5%, constante na minuta do contrato, anexa ao edital".

4. Requer, dessa forma:

- a) seja a presente impugnação recebida;
- b) sejam retiradas as exigências restritivas relativas à marca de produto específico, credenciamento junto ao IPEM de São Paulo e análise exclusivamente do patrimônio líquido, incluído também o capital social da licitante.

O documento contestador em sua integralidade será publicado no Portal CEAGESP: <https://ceagesp.gov.br/licitacoes/pregao-eletronico/pregao-eletronico-no-900232025-processo-no-1702024/>.

III. DA ANÁLISE

1. As impugnantes insurgem-se contra a suposta restrição à competitividade, uma vez que o Edital contém previsões técnicas acerca da marca SATURNO.

Para os devidos esclarecimentos, submetemos esta peça impugnadora à área gestora técnica da futura contratação da CEAGESP, a Seção de Manutenção Mecânica - SEMAM, tendo por base sua fundamentação e capacitação técnica sobre a matéria em questão. Quanto a isso, expressou-se a SEMAM:

"A CEAGESP ainda no século passado tomou a iniciativa de padronizar as balanças rodoviárias e ferroviárias com o sistema eletrônico de pesagem da marca SATURNO. Dessa forma todas as 36 balanças em operação nas unidades da CEAGESP foram transformadas em eletrônica marca SATURNO.

Sendo assim para fazer o contrato de manutenção das balanças, obrigatório, temos uma única empresa com técnico especializado e autorizado pela SATURNO a aferir e liberar a operação das nossas balanças, assim como liberado pelo INMETRO para lacar o equipamento.

A balança de Araraquara será uma balança rodoviária nova, que por padronização deverá seguir as mesmas condições das outras balanças da CEAGESP.

Dessa forma por questão de padronização dos equipamentos, precisamos que a empresa que for executar a obra de implantação da balança de Araraquara irá aplicar células de carga que sejam corretamente interpretadas pelo sistema eletrônico de pesagem da marca SATURNO, e que no final da obra essa empresa possa aferir a balança através de técnico autorizado pela SATURNO a realizar esse tipo de serviço, e depois lacrar o equipamento.

Com o acima exposto demonstramos que: "as exigências do edital" tem por finalidade garantir para a CEAGESP que os serviços serão realizados com excelência e qualidade, e que o nosso atual contrato de manutenção não necessitará de modificações pela incorporação de outra marca de sistema eletrônico de pesagem".

Ainda, sobre o assunto, o Departamento de Engenharia e Manutenção – DEMAN complementa:

“Não se trata apenas de uma aquisição de equipamento, pois temos que considerar que este equipamento e os outros 36, são submetidos a manutenção preventiva constantes, corretivas quando necessário e aferições credenciadas periódicas. Como estamos falando de um universo de 37 balanças distribuídas por todo o estado de São Paulo em cerca de 25 cidades, adotamos o sistema de contrato anual para esta prestação de serviço, que prevê vistorias, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra especializada e fornecimento de peças, aferição e balanceamento”.

Desta forma, a fim de corroborar os argumentos trazidos pelo DEMAN/SEMAM, cópia do Contrato de Manutenção de Balanças vigente será publicado no Portal CEAGESP para eventuais consultas: <https://ceagesp.gov.br/licitacoes/pregao-eletronico/pregao-eletronico-no-900232025-processo-no-1702024/>

2. A impugnante contesta, também, a exigência técnica de a licitante apresentar comprovante de credenciamento no Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo, IPEM-SP.

Sobre a questão, o Departamento de Engenharia e Manutenção – DEMAN efetuou a seguinte colocação:

“Como bem explicado no Termo de Referência, acima transcrito, em seus itens 1, 2 e 3 não se trata apenas de aquisição de equipamento e sim dos serviços de engenharia modelo “Turn Key”, isto é, obras e serviços de implantação do equipamento, fornecimento do equipamento, aferição por empresa credenciada junto ao IPEM SP – Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo.

Cujas funções e competências transcrevo abaixo.

“O Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM/SP, é entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania, criado pelo Decreto n.º 47.927, de 24-4-1967 e organizado pelo Decreto n.º 55.964, de 29-6-2010 alterado pelo Decreto n.º 64.110/2019.

Tem por finalidade exercer as atividades relacionadas com a metrologia e com a normalização, a qualidade e a certificação de produtos e serviços e representa o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) no estado.”

Salientamos, apenas, que a exigência da documentação ora em comento trata-se de “documento complementar”, ou seja, conforme previsto no item 12.2 do Edital, deverá ser entregue somente pelo licitante vencedor antes da do contrato.

3. Em relação ao terceiro tópico abordado, a empresa impugnante traz manifestações acerca da previsão do edital que trata da qualificação econômica, notadamente o item 8.2.4, letra “C”.

O item prevê que o licitante deve apresentar resultados dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um) e, caso os índices citados demonstrem resultados iguais ou inferiores a 1 (um), o LICITANTE deverá comprovar sua situação financeira com a comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor global estimado para a contratação.

Alega a impugnante que a exigência contraria o Regulamento de Licitações da CEAGESP, entretanto, descrevemos a previsão contida no Normativo NG-AD-008 - REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

o) Para definição dos critérios de julgamento da qualificação econômico-financeira: será utilizada a apresentação do balanço na forma da lei, além dos índices contábeis e/ou 10% do capital social ou patrimônio líquido, correspondente ao valor estimado da contratação. Parâmetros definidos pela Gerência do DELCO juntamente com a área técnica e/ou financeira.

Destacamos que, ao contrário do manifestado, a Regulamento da CEAGESP faculta a escolha dentre os dois critérios de aferição (“ou”) econômica e o Edital, em seu item 8.2.4, alínea “c.2”, determina a comprovação em relação ao patrimônio líquido.

Aliás, sobre o assunto, o artigo 69 da Lei 14.133/2021 traz a seguinte previsão no § 4º:

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Nota-se, portanto, a discricionariedade concedida pelo legislador ao Órgão, ao utilizar a conjunção alternativa “ou” em sua disposição.

Em relação à garantia contratual, prevista na Cláusula Quinta da Minuta de Contrato, nada tem de ilegal e visa assegurar a plena execução do objeto contratual, estando devidamente prevista tanto na Lei 13.303/2016, como na Lei 14.133/2021.

Assim, a verificação de patrimônio líquido e a garantia contratual são requisitos com finalidades diferentes, para distintos momentos da Contratação (habilitação e execução de contrato) e não configura ilegalidade sua exigência de forma cumulativa.

IV – DA DECISÃO

Ante ao evidenciado acima, presentes os requisitos de forma prescritos em lei, a impugnação reúne condições para ser **CONHECIDA**, e, no mérito, ser julgada **IMPROCEDENTE**, tomando por base a análise e manifestação técnica do DEMAN/SEMAM e previsões contidas na legislação vigente, mantendo-se, assim, as datas e todos os termos e exigências previstos no Instrumento Convocatório.

São Paulo, 26 de novembro de 2025.

Gerson Ulisses de Moraes Junior
Pregoeiro